

Barros Miranda

As eleições legislativas dos EUA

As eleições legislativas nos Estados Unidos neste ano representam muito mais do que a simples renovação de cadeiras no Congresso. Elas funcionam como um termômetro do humor do eleitorado, um julgamento político do governo em exercício e um ensaio decisivo para a próxima disputa presidencial. Em um país profundamente polarizado, o pleito legislativo assume um papel central na definição dos rumos políticos, econômicos e institucionais da maior democracia do mundo.

Tradicionalmente, eleições legislativas nos EUA tendem a punir o partido que ocupa a Casa Branca. O desgaste natural do governo, somado a frustrações econômicas, crises internacionais e disputas culturais internas, costuma favorecer a oposição. Neste ano, esse padrão histórico volta a se impor como uma possibilidade concreta, ainda mais em um contexto marcado por inflação persistente, debates sobre imigração, segurança pública, direitos civis e o papel do Estado na economia. Cada um desses temas mobiliza emoções fortes e reforça divisões que já estão enraizadas na sociedade americana.

O Congresso que sairá das urnas terá poder direto sobre a governabilidade do país. Uma maioria oposicionista pode bloquear projetos do Executivo, travar o orçamento federal e intensificar investigações políticas, aprofundando o clima de confronto em Washington. Por outro lado, se o partido do presidente conseguir manter ou ampliar sua força no Legislativo, ganhará fôlego para avançar sua agenda e chegar mais fortalecido à próxima eleição presidencial. Assim, o voto legislativo deixa de ser apenas local e passa a ter consequências nacionais e estratégicas.

*Jornalista e Historiador

André Naves*

O custo da exclusão

No debate público brasileiro, estamos acostumados a ouvir que nossa contabilidade não fecha. Nela, direitos são tratados como “custos” e políticas de inclusão como “gastos”. Mas essa planilha está invertida. Caro, de verdade, é o preço que pagamos, como Nação, pela exclusão e pelo capacitismo.

O capacitismo - a discriminação estrutural contra pessoas com deficiência — não é apenas uma violação de direitos humanos; é uma masmorra que prende o nosso desenvolvimento. A pergunta correta, portanto, não é “quanto custa incluir?”, mas sim “quanto o Brasil perde, todos os dias, por insistir em excluir?”.

A resposta é chocante e está documentada. Organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que a exclusão de pessoas com deficiência do mercado de trabalho pode custar aos países até 7% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Para o Brasil, isso representa uma perda anual de centenas de bilhões de reais. Não estamos falando de uma abstração, mas de uma riqueza concreta que deixamos de produzir.

Dados do IBGE mostram que apenas 34,3% das pessoas com deficiência em idade de trabalhar têm um emprego formal. Onde está o restante desse potencial humano? Subutilizado, desperdiçado por um mercado que ainda opera na lógica da inclusão performativa, e não da transformação real.

A Lei de Cotas (8.213/91) foi um avanço inegável, mas a realidade para além da contratação revela as camadas mais profundas do capacitismo estrutural: ambientes de trabalho inacessíveis, falta de planos de carreira, preconceito velado e a infantilização de profissionais plenamente capazes. O resultado é um ciclo de baixa permanência e frustração, onde a pessoa com deficiência é vista como um número a ser cumprido, e não como o talento que é.

Este prejuízo se espalha por toda a sociedade. A educação, que deveria ser a porta de entrada para a cidadania, ainda segrega. A saúde, que deveria garantir qualidade de vida, muitas vezes impõe barreiras. Nossas cidades, com seu planejamento hostil, transformam o ato de ir e vir em uma maratona diária de obstáculos.

Cada uma dessas barreiras tem um custo: para a

Outro elemento central destas eleições é a influência persistente de lideranças políticas polarizadoras. Mesmo quando não concorrem diretamente, figuras de grande visibilidade moldam discursos, definem prioridades e influenciam a escolha de candidatos. Isso tem impacto direto na qualidade do debate público. Em muitos distritos, a lógica da radicalização se sobrepõe à busca por consensos, afastando eleitores moderados e tornando o processo político mais tenso e imprevisível.

Além disso, as eleições legislativas deste ano colocam novamente à prova a confiança dos americanos no sistema democrático. Discussões sobre integridade eleitoral, regras de votação e legitimidade dos resultados seguem presentes e alimentam desconfianças. A forma como partidos e candidatos lidam com o resultado das urnas será tão importante quanto o resultado em si, pois dela depende a estabilidade institucional e a credibilidade do processo democrático.

Por fim, este pleito legislativo não deve ser visto como um evento isolado, mas como parte de um ciclo político mais amplo. Ele antecipa narrativas, consolida lideranças e redefine estratégias para o futuro. Em um cenário de incertezas internas e externas, o eleitor americano é chamado a decidir não apenas quem o representa no Congresso, mas qual direção deseja para o país. As eleições legislativas deste ano, portanto, serão decisivas para o equilíbrio de poder, para o tom do debate político e para o próprio funcionamento da democracia nos Estados Unidos.

saúde pública, que arca com as consequências da falta de prevenção e autonomia; para a previdência, sobrecarregada por uma dependência que poderia ser autonomia; e para a economia, que perde consumidores, inovadores e contribuintes.

Os Movimentos Sociais, que são os verdadeiros especialistas em suas próprias vidas, testemunham a face humana dessa perda. Não são estatísticas; são histórias de engenheiros, artistas, cientistas e empreendedores cujo potencial é sistematicamente barrado. A luta das Pessoas com Deficiência não é por caridade ou favor, mas pelo direito fundamental de participar e contribuir.

É por isso que precisamos mudar a lente. A efetivação de direitos para pessoas com deficiência não é um “gasto social”, mas um investimento estratégico com altíssimo retorno. Cada real investido em acessibilidade, tecnologia assistiva e educação inclusiva se multiplica em produtividade, inovação e fortalecimento do mercado interno.

Uma sociedade inclusiva é, por definição, uma sociedade mais próspera e resiliente. A verdadeira responsabilidade fiscal e social é dismantelar as estruturas do capacitismo. Significa criar políticas públicas com a participação ativa de quem vive a realidade da deficiência. Significa cobrar do setor privado uma inclusão que vá além da fachada. Significa, enfim, entender que o maior ativo de um país é seu povo, em toda a sua diversidade.

A dignidade e o potencial de cada pessoa com deficiência são a Luz que não se vê nas planilhas frias, mas que se enxerga no futuro de um país que finalmente escolhe ser mais justo e, por consequência, mais rico. Deixar de investir nisso não é uma economia. É o nosso maior e mais irresponsável prejuízo.

***Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Economia Política pela PUC/SP; Cientista Político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador Cultural, Escritor e Professor (Instagram: @andrenaves.def).**

EDITORIAL

Unicamp reafirma excelência acadêmica

A divulgação dos resultados preliminares da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) reafirma aquilo que Campinas, o Estado de São Paulo e o Brasil já conhecem na prática: a Unicamp é uma das instituições mais estratégicas para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do País. Em um cenário nacional marcado por desafios orçamentários, instabilidade institucional e ataques recorrentes à ciência, os números alcançados pela Universidade Estadual de Campinas demonstram não apenas excelência acadêmica, mas também resiliência e compromisso público.

Segundo o Capes, 54,4% dos programas acadêmicos da Unicamp obtiveram notas 6 e 7, patamar reservado a cursos com excelência internacional. Ao todo, 41 dos 84 programas avaliados alcançaram os conceitos máximos da escala, e quase 80% da pós-graduação da universidade foi classificada com notas 5, 6 ou 7, indicadores que refletem excelência nacional e internacional. Trata-se de um desempenho que posiciona a Unicamp entre as instituições de maior relevância científica do Brasil.

Esses resultados são fruto de décadas de investimento públi-

co, de políticas institucionais consistentes, de uma forte articulação entre ensino, pesquisa e extensão e de uma inserção profunda da universidade na realidade social e econômica de seu entorno. Em Campinas, a Unicamp é motor de inovação, formação de mão de obra altamente qualificada, produção cultural e desenvolvimento tecnológico. No Estado de São Paulo, contribui decisivamente para a liderança científica brasileira. No plano nacional, seus impactos extrapolam fronteiras acadêmicas, alcançando o sistema produtivo, a saúde, a educação e as políticas públicas.

O rigor do sistema de avaliação da Capes, reconhecido internacionalmente, torna esses resultados ainda mais significativos. Ao considerar critérios como produção científica, impacto social, internacionalização e formação discente, a avaliação oferece um retrato abrangente da qualidade da pós-graduação brasileira. O fato de apenas programas com mestrado e doutorado poderem alcançar as notas mais altas reforça a complexidade e a relevância do desempenho obtido pela Unicamp. Os dados preliminares divulgados já cumprem o papel de evidenciar que investir em universidades públicas de pesquisa é uma estratégia essencial para o futuro do Brasil.

Opinião do leitor

Definição

Ao dizer que “a arte existe porque a vida não basta”, Ferreira Gullar cunhou não só a mais poética definição da importância da arte como a mais objetiva forma de explicar que ela vai além dos limites da própria vida, que, sem ela, viver não valeria a pena. Lindo e perfeito.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.